



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

*Gabinete do Prefeito*  
*"Montenegro Cidade das Artes"*  
*"Capital do Tanino e da Citricultura"*

LEI N.º 6.983, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

Estima a receita e fixa a despesa do  
Município de Montenegro.

GUSTAVO ZANATTA, Prefeito Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I - Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta;
- II - Orçamento Fiscal referente à Administração Indireta;
- III - Orçamento da Seguridade Social e Assistência à Saúde, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta a ele vinculados.

**CAPÍTULO II**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Seção I  
Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 391.334.500,00 (trezentos e noventa e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

**1. CONSOLIDAÇÃO TOTAL**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>379.059.237,24</b>
Receita Tributária	76.233.000,00
Receita de Contribuições	25.612.000,00
Receita Patrimonial	30.002.633,00
Receita de Serviços	4.927.650,00
Transferências Correntes	238.632.708,24
Outras Receitas Correntes	3.651.246,00
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.997.262,76</b>
Operações de Crédito	
Amortização de Empréstimos	20.000,00
Transferências de Capital	4.305.563,00
Alienação de Bens	509.000,00
Outras Receitas de Capital	162.699,76
<b>7 – RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>39.842.000,00</b>
<b>9 – DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>32.564.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>391.334.500,00</b>

Seção II  
Da Fixação da Despesa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Gabinete do Prefeito  
"Montenegro Cidade das Artes"  
"Capital do Tanino e da Citricultura"

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 391.334.500,00 (trezentos e noventa e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil e quinhentos reais) sendo realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, de acordo com a legislação em vigor.

1. POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DESPESA TOTAL POR ÓRGÃO		
	Ano 2023	%
Interferência Câmara de Vereadores	5.576.250,00	1,86
Interferência Fundarte	5.152.800,00	1,72
Gabinete do Prefeito	11.416.935,00	3,81
Sec. Munic. de Administração	38.463.000,00	12,82
Sec. Munic. de Ind. e Comércio	3.082.880,58	1,03
Sec. Munic. da Fazenda	9.901.700,00	3,30
Sec. Munic. da Saúde	63.585.696,17	21,20
Sec. Munic. de Viação e Serviços Urbanos	18.500.537,86	6,17
Sec. Munic. de Obras Públicas	13.311.114,06	4,44
Sec. Munic. de Educação	99.798.926,00	33,27
Sec. Munic. de Desenvolvimento Rural	7.697.817,67	2,57
Sec. Munic. de Meio Ambiente	8.757.700,00	2,92
Sec. Munic. de Gestão e Planejamento	2.453.080,00	0,82
Sec. Munic. de Hab. Desenvolv. Social e Cidadania	10.296.262,66	3,43
Reserva de Contingências	2.005.300,00	1,87
<b>Subtotal</b>	<b>289.270.950,00</b>	<b>96%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>300.000.000,00</b>	<b>100%</b>

  

Fundarte - Recursos Próprios	1.734.500,00
F.A.P	66.600.000,00
F.A.S	23.000.000,00
<b>DESPESA CONSOLIDADA</b>	<b>391.334.500,00</b>

Art. 5º Integram esta Lei, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 6961/2022 de 03 outubro de 2022 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III  
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 6º Ficam autorizados:

- I - Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Despesa atualizada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:
- anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingências;
  - incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
  - excesso de arrecadação;
  - emendas parlamentares.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Gabinete do Prefeito  
"Montenegro Cidade das Artes"  
"Capital do Tanino e da Citricultura"

II - Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º Estende-se o art. 6º para a Administração Indireta.

§ 2º Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b do inciso I do *caput*, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2022, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 3º Os créditos especiais também poderão ser suplementados se houver necessidade.

Art. 7º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 6º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

IV - remanejamento de dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nos respectivos projetos ou atividades até o limite da dotação;

V - créditos suplementares com saldos de recursos vinculados e não vinculados, não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

VI - realizar operações de crédito internas e externas até o limite de 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida, nos termos do art. 7º da Resolução do Senado Federal n.º 43, de 2001.

Parágrafo único. Estende-se o art. 7º para a Administração Indireta.

CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 8º Autoriza o Poder Executivo a conceder os repasses financeiros a título de cotas mensais ao Legislativo e o repasse mensal à Administração Indireta, conforme legislação em vigor.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 10. Autoriza o Poder Executivo, se necessário, a reclassificar as contas de Receitas e de Despesas, inclusive códigos e descrição, mediante nova edição do plano de contas do TCE - Tribunal de Contas do Estado para o ano de 2023 e portarias da STN, bem como novas portarias de recursos para utilização obrigatória em 2023 na Administração Pública.

Art. 11. O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal n.º 6961 de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, em 14 de dezembro de 2022.  
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:  
Data Supra.

VLADIMIR RAMOS GONZAGA  
Secretário-Geral

GUSTAVO ZANATTA  
Prefeito Municipal